



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1679, DE 2022

Declara Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Declara Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho.



SF/22344.34324-23

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica declarada Patrona do Urbanismo no Brasil a engenheira e urbanista Carmen Velasco Portinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Carmen Velasco Portinho nasceu na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, no dia 26 de janeiro de 1903. Filha da boliviana Maria Velasco Blanco e do gaúcho Francisco Sertório Portinho, foi a primogênita de nove irmãos. Ainda criança, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro.

Começou a cursar, em 1920, Engenharia na Escola Politécnica da Universidade do Brasil. Ingressou, também, na Escola Nacional de Belas Artes, que cursou durante dois anos, onde estudou escultura e desenho a mão livre. Foi na Escola de Belas Artes que Carmen conheceu e tornou-se amiga do arquiteto Lúcio Costa e do pintor Candido Portinari.

Em 1922, Carmen Portinho, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Stella Guerra Duval fundaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que, no mesmo ano, recebeu a medalha de ouro na Exposição Internacional do Centenário da Independência. A iniciativa estava vinculada



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

ao movimento sufragista internacional, que buscava igualdade entre os sexos e de independência da mulher.

Carmen dedicou-se, ainda, por muitos anos ao lado de Bertha Lutz na defesa de importantes temas como o direito das mulheres ao voto, a proteção às mães e à infância, a educação das mulheres e a valorização do trabalho feminino fora da esfera doméstica.

Quando, finalmente, o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, instituiu o Código Eleitoral Provisório e reconheceu o direito de voto às mulheres, Carmen, em entrevista, declarou que esse deveria ser um estímulo para outros avanços: “Obtivemos a nossa emancipação política, mas esse direito assim, isolado, de que nos serve?”

Em 1924, formou-se como engenheira geógrafa e, ainda cursando Engenharia Civil, para aumentar o rendimento familiar, dava aulas de matemática no Colégio Pedro II, um internato masculino, o que foi considerado um alvoroço na época.

Em 1925, formou-se em Engenharia Civil na Escola Politécnica da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo a terceira mulher a se formar engenheira no País.

Após sua graduação, foi convidada para integrar o quadro técnico da Diretoria de Obras e Viação da prefeitura do Distrito Federal do Brasil. Seu diretor, um engenheiro que não confiava na competência feminina, deu a ela como primeira tarefa a vistoria de um para-raios instalado no alto de um edifício da prefeitura. Seria um teste. Todavia, sua passagem pelo Centro Excursionista Brasileiro, quando escalava diversos morros cariocas na companhia de suas amigas, a ajudou a passar no teste. Segundo ela mesma revelou: “Peguei uma escada, subi ao teto, vi o que o para-raios tinha e resolvi o problema. Foi uma maneira de enfrentar o preconceito. Difícil mesmo foi aprender como se consertava um para-raios.” A partir desse dia, adotou calças compridas para o trabalho.

Em 1928, foi promovida a auxiliar técnica da Diretoria de Obras da Prefeitura do Distrito Federal.



SF/22344.34324-23



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

Em 1929, foi promovida a engenheira de segunda classe no quadro técnico da Diretoria de Obras. Como era sempre preterida nas promoções, foi falar diretamente com o presidente da República, Washington Luís, que interferiu por ela. Ele teria dito ao comandante Braz Veloso, que o acompanhava nas audiências públicas: “Tome nota e providencie o pedido da moça”.

Desde seu ingresso na Diretoria, já havia fiscalizado as obras da Escola Modelo Soares Pereira, remodelado o Asilo Francisco de Assis e estava incumbida da instalação elétrica de todos os próprios municipais, incluindo instalação em quase todas as escolas públicas, fator este que favoreceu a inauguração de cursos noturnos, que deixavam de funcionar por falta de iluminação. Havia sido também responsável por melhoramentos em escolas profissionais.

Suas primeiras construções foram realizadas ao longo da década de 1930: uma escola em Ricardo de Albuquerque, subúrbio carioca, e a sede da Polícia Municipal, no centro do Rio de Janeiro. Ambos os projetos eram do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, de quem, anos depois, tornou-se companheira.

Carmen Portinho foi uma das fundadoras da Revista da Diretoria de Engenharia – posteriormente, Revista Municipal de Engenharia –, cuja primeira edição foi publicada em julho de 1932. A revista foi criada por sugestão dada por ela ao então secretário de Obras do Rio de Janeiro. A publicação, técnica, divulgava as realizações da prefeitura, de engenheiros e de arquitetos. Carmen foi inicialmente secretária e, posteriormente, redatora e diretora. Foi na Revista da Diretoria de Engenharia da Prefeitura do Distrito Federal que surgiram os primeiros ensaios sobre a arquitetura moderna no Brasil.

Em 1934, era a segunda secretária do Sindicato Central de Engenheiros, do qual, em 1938, tornou-se vice-presidente. Ainda em 1934 foi nomeada engenheira-chefe da prefeitura.

Em 1936, iniciou sua pós-graduação no Curso de Urbanismo e Arquitetura da Universidade do Distrito Federal. Concluiu o curso em 1939,



SF/22344.34324-23



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

defendendo sua tese, *Plano da futura capital do Brasil*, tornando-se, então, a primeira mulher a obter o título de urbanista no Brasil.

Por iniciativa de Carmen Portinho e de outras engenheiras, foi fundada, em 1937, a Associação Brasileira de Engenheiras e Arquitetas (ABEA), para incentivar mulheres formadas a ingressar no mercado de trabalho. Carmen foi sua primeira presidente.

Em 1945, recebeu uma bolsa do Conselho Britânico para estagiar junto às comissões de reurbanização das cidades inglesas destruídas pela guerra.

Sua experiência no exterior a fez sugerir ao então prefeito do Rio de Janeiro a criação de um Departamento de Habitação Popular para sanar a falta de moradias populares no município. Assim, em 1946, foi criado o Departamento de Habitação Popular da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura do Distrito Federal, órgão do qual Carmen foi nomeada diretora.

No período em que atuou à frente do departamento, lutou pela implementação de um programa de habitação popular na cidade do Rio de Janeiro. Liderou uma equipe de assistentes sociais, arquitetos e engenheiros que idealizaram e construíram quatro conjuntos residenciais, de extrema importância na trajetória do urbanismo e da arquitetura no Brasil.

Como diretora do Departamento, já na década de 1950, foi responsável pela construção do conjunto residencial Pedregulho, no bairro de São Cristóvão, Rio de Janeiro, a primeira de suas obras destinadas à moradia popular. Após esta, seguiram-se a construção do Conjunto Residencial da Gávea, do Conjunto Habitacional Paquetá e do Conjunto Residencial de Vila Isabel, voltado para funcionários municipais.

Em 1951, foi eleita e tomou posse na nova diretoria do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, ocupando o cargo de diretora executiva adjunta, nele permanecendo até 1966. Nesses 15 (quinze) anos, participou ativamente das atividades do museu, tendo apoiado, curado ou organizado importantes exposições de artistas como Portinari, Cícero Dias e Pancetti.



SF/22344.34324-23



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

Em 1966, foi convidada pelo então governador, Negrão de Lima, para ser diretora da Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), a primeira escola de desenho industrial da América Latina. Por duas décadas, Carmen Portinho dirigiu a escola. Posteriormente, a Esdi foi incorporada à Universidade Estadual do Rio de Janeiro, onde ela trabalhou até os 96 (noventa e seis) anos de idade.

Carmen Portinho faleceu no dia 25 de julho de 2001, aos 98 (noventa e oito) anos, na cidade do Rio de Janeiro.

E é por sua importância para a história do urbanismo brasileiro e dedicação na defesa de temas caros ao movimento feminista que conclamamos os nobres Pares a aprovarem a presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador **CARLOS PORTINHO**
PL/RJ



SF/22344.34324-23

LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932 - Código Eleitoral (1932) - 21076/32
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1932;21076>